

**Isabel Lousada**

Investigadora da CESNOVA

Membro do Conselho Nacional do MDM

**«Mulheres entre muros: do moral ao social»**

Vivemos hoje uma crise económica que extravasa, em muito, o âmbito da economia, invadindo o domínio do social do moral.

Contudo, se temos de ter presente esta realidade atual, nada obsta a que não lancemos um olhar em viés pela linha do tempo e, retrospectivamente, não identifiquemos outros momentos na História que, apesar de contornos necessariamente diferenciados, nos permitem retirar algumas ilações acerca do que estes termos, moral e social, podem querer, ou não, dizer.

Ao escolher o título para a intervenção que hoje faço, utilizei ambos os domínios, e não foi inocente esta junção: **«Mulheres entre muros: do moral ao social»** serve de pano de fundo para eleger, ainda que sinteticamente, três ou quatro ideias, essenciais para a promoção do progresso civilizacional, onde o bem-estar social seja respeitado e o universo feminino reconhecido na sua dignidade ao abrigo dos Direitos Humanos, ocultado, ainda, na versão mais antiga da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de Dezembro de 1948.

Também em tempos idos, no decalcar da letra redonda, impressa na Constituição Portuguesa, se colocava, em hemisférios que diríamos diametralmente opostos, homens e mulheres, cujos direitos e deveres eram reclamados e exercidos de modo igualmente diverso. A moral, comumente ligada a outras áreas da vida em sociedade, eivada de preconceitos e de estereótipos, que até hoje não vingámos eliminar, servia o princípio da dominação, de uma visão patriarcal, misógina, de uma quase condenação da existência da mulher a quem o livre arbítrio era sonogado. E assim foi durante longos anos, até à libertação da condição feminina, com a revolução de abril. A vida mudou para as mulheres, nos últimos 40 anos, não só com a promoção de mecanismos capazes de enquadrar a sua entrada no mercado de trabalho, mas também a conciliação da esfera profissional e familiar. Esta caminhada tem sido feita de avanços e recuos, que vão comprometendo direitos adquiridos.

Nasci numa época em que não era indiferente nascer-se homem ou mulher, menino ou menina, mas ainda assim nasci num país do continente europeu, de raça branca, sem deficiência aparente, com nome de pai e mãe e numa maternidade

pública (somente há poucos dias soubemos que, face a um movimento cívico organizado em sua defesa, se vai manter aberta), a Maternidade Alfredo da Costa que, por sinal, e bem, nos lembra também mulheres pioneiras, como foi Adelaide Cabete que, juntamente com o seu mestre Dr. Alfredo da Costa, pugnava por uma mudança social, dirigindo a sua atenção para as mulheres grávidas e pobres. Na sua ação, enquanto denunciavam os jogos e a indiferença dos poderes, iam combatendo as elevadíssimas taxas de mortalidade infantil, defendendo a manutenção dos postos de trabalho das operárias nas fábricas, a fim de que estas pudessem cuidar dos seus filhos mais novos, sem perturbar a frágil ordem financeira dos seus também frágeis agregados familiares.

E o moral e o social vinham amiúde sustentar a travagem no acesso das mulheres que começavam a enveredar por outras profissões, por outras carreiras, alimentando fantasmas e “velhos do Restelo”. Depois veio outro tempo, em que caminhamos, não sem esforço é certo, mas com determinação, numa construção política sustentada em serviços públicos gratuitos e acessíveis a todos e todas, e que hoje, contra tudo o que seria expetável, desejável e defensável, estão em derrocada, em consequência de medidas políticas desajustadas. A Saúde e a Educação, em especial, têm sido alvos preferenciais de consecutivos ataques organizados, com a destruição sistemática do serviço público de qualidade, o que está a comprometer a sua qualidade e viabilidade.

A educação e a saúde públicas de qualidade para todos e todas são pilares da democracia. Sem eles, poderemos anunciar para breve a falência social das novas gerações. E tal situação, a acontecer, ultrapassará o nível do amoral, por ser uma imoralidade.

Serviram estas impressões, que convosco partilho, para chegar, mais em concreto, à situação presente que designei por «**Mulheres entre muros: do moral ao social**».

Estamos de facto, emparedadas.

São os estereótipos que, apesar de camuflados, em tempos de crise se amplificam e exponenciam, tornando ainda mais crítica a situação das mulheres, em particular das mais desfavorecidas, cada vez mais em risco. Se a presença das mulheres é notada como sinal de progresso numa vasta maioria de profissões, em que outrora sequer poderiam sonhar (e há estudos bem documentados que o provam à saciedade), a verdade é que se mantém uma inacreditável desigualdade, mesmo em termos salariais.

As profissões maioritariamente exercidas por mulheres tendem a ser mais mal pagas que a dos seus pares, a desejada independência económica chega sempre mais tarde para elas do que para eles. E com recursos reduzidos, é moralmente

“reprovável” para tantas, os sacrifícios que fazem, com tão escasso pecúlio, para cuidar dos idosos, dos mais jovens, dos deficientes. Aliás, a este propósito, deveria ser muito interessante o resultado de um estudo que focasse o modo como os salários estão a ser usados, no seio da família, com dados desagregados por género. Juntemos a todas estas questões a da parentalidade, cujo ónus recai invariavelmente, sobretudo sobre a mulher.

Passemos ao assédio no local de trabalho e serei muito breve, tendo em conta as intervenções, mais dirigidas a esses pontos, que terão lugar em seguida. Vou incidir a minha intervenção no assédio moral, não deixando de referir que, relativamente ao assédio sexual, ou *Mobbing* (outro nome por que é conhecido também) algumas organizações têm vindo a desenvolver projetos com alguma envergadura (UMAR/CITE/Associação ComuniDária, entre outras).

Ao falarmos de assédio (por vezes coexistem diferentes tipos de assédio) reportamo-nos a atos, atitudes e comportamentos exercidos na vertical (em regra pelo patrão/superior hierárquico) ou na horizontal (perpetrados por pares, tantas vezes pelos próprios colegas), traduzindo-se num contínuo, permanecendo no tempo e não episodicamente, fugindo às práticas definidas no contrato de trabalho e às regras sociais, podendo manifestar-se através de diferentes graus de intensidade.

Já Pierre Bourdieu na *Dominação Masculina* (1998) se refere à subordinação e à sua envolvente mais “invisível”, entrando no domínio da violência simbólica, segundo a qual “a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio de uma violência simbólica, como partilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos do *habitus* [...]”. É um acto subtil que oculta relações de poder que alcançam, não apenas as relações entre os géneros mas toda a estrutura social”.

Para aumentarmos o nosso capital cultural que nos permita sair da crise, aos mais diversos níveis, para rompermos com a “condição de instrumentos de produção ou de reprodução do capital simbólico e social”, somente uma educação igualitária, firmada nos princípios do respeito, ao abrigo dos Direitos Humanos, poderá ir ao encontro da sociedade que elegemos para passar da condição da escravatura à liberdade, de escravas a cidadãs.

Quando o assédio é hierárquico, na medida em que os lugares de decisão e os lugares de topo são maioritariamente preenchidos por homens, há também a prevalência dos estereótipos de género, que se fazem sentir com violência. O objetivo é vencer pelo cansaço, pelo medo.

Nem sempre o assédio moral implica o uso da força, mas em qualquer caso implica abuso de poder. Várias fases se podem identificar nestes processos a que

estão mais vulneráveis os(as) funcionários(as) com alguma estabilidade, pois as empresas e os patrões não querem abrir mão de verbas, para os(as) indenizar por rescisão de contrato ou pretendem promover despedimentos por justa causa, para depois contratar trabalhadores(as) mais jovens, com salários mais baixos e altos índices de precariedade. Ameaças, mais ou menos veladas, intimidações que interferem com o próprio ritmo de trabalho, desprezo e desqualificação do trabalho são algumas das situações mais frequentemente identificadas. Ainda assim, outras como as críticas à forma de falar, de vestir, de estar, aversão pela etnia ou nacionalidade também configuram assédio.

Uma das questões mais perniciosas nesta matéria diz respeito à invisibilidade, a que as vítimas estão sujeitas, pelo que um dos fatores, frequentemente apontados como fundamentais para o combate ao assédio moral, situa-se ao nível da informação. Regra geral, a relação debilitadora conduz ao isolamento e, como em qualquer situação de violência, a vítima sente-se impotente, pelo que, como recomendam psicólogas e psicanalistas, o primeiro passo para combater este crime deverá passar por verbalizar, procurar apoio, partilhar, compreender que o fenómeno é mais frequente, infelizmente, do que se poderia pensar e que há mecanismos legais para enfrentá-lo.

Quando as condições de trabalho se degradem, face à repetição por meio de gestos, palavras ou atitudes, que ameacem a integridade física ou psíquica de alguém, deve ser procurada uma orientação fundamentada, quer nas organizações não-governamentais, quer nos mecanismos legais instituídos, porque configuram uma distorção do seu contrato de trabalho, em que a ameaça de despedimento poderá servir para manter sob coação os funcionários.

Antes de terminar, devemos lembrar que, mesmo com os *headhunters*, cuja prática se caracteriza pela prevalência do marketing agressivo para o recrutamento, pode constituir uma peça chave na prevenção destas situações, a promoção de boas práticas, nomeadamente através da informação acerca do tipo de empregador que receberá a pessoa a contratar, sobre o que poderá ter levado à saída e/ou despedimento dos outros funcionários, anteriormente contratados.

Importa, apesar de tudo, deixar claro que expressões, no que diz respeito ao feminino, como a “A loira que é burra”, assumindo a forma de graçola, ou outras expressões de chacota, fazendo alguém de bobo da corte, aludindo abusivamente a um dialeto, como “a chinoca”, ou fazendo troça de algum traço físico, como “a bucha”, são tão repudiáveis como a privação de informação, ou o impedimento da conclusão de um trabalho. A este título, consideramos qualquer dos exemplos anteriormente

apresentados, como assédio, podendo este ser utilizado para vários fins, como represália, rescisão de contrato ou desqualificação do trabalho.

Urge romper silêncios para afastar do isolamento as vítimas. Regra geral, por medo e/ou vergonha, são poucos os casos que chegam à denúncia, embora saibamos que os sintomas, já de grande fragilidade, manifestam-se, em casos extremos, no suicídio. O combate passa também pela solidariedade e por uma ação coletiva.

No início da minha vida ativa corria a frase de que “o ócio era o ópio do povo”. Uma das técnicas usadas neste processo de assédio é precisamente deixar sem ocupação, ou dar trabalho em excesso, aos subordinados.

Em qualquer circunstância é preciso usar de bom senso. Não é por alguém se exaltar que se passa a poder imputar esse momento e essa atitude, como assédio moral. Para haver assédio é, uma vez mais repetindo, necessário existir o fenómeno da recorrência.

☐ Movimento Democrático de Mulheres

<http://www.mdm.org.pt/>

☐ Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

<http://www.cite.gov.pt/>

☐ Autoridade para as Condições do Trabalho

[www.act.gov.pt](http://www.act.gov.pt)

☐ Portal para a Igualdade

<http://www.igualdade.gov.pt/>

☐ União de Mulheres Alternativa e Resposta

<http://umarfeminismos.org/>

☐ Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias

<http://www.apme.pt/>

☐ Associação Portuguesa de Mulheres Juristas

<http://www.apmj.pt/>

☐ Associação ComuniDária

<http://www.comunidaria.org/>